



INGRESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO: da política de cotas ao letramento racial

Rosimeire RIBEIRO¹; Márcio José PREVITALLI²;

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a política de cotas raciais, com foco no letramento racial, visando a promoção de acesso, a permanência acadêmica e o êxito dos estudantes na educação profissional e tecnológica. Justifica-se pela importância da prática de letramento racial como meio para se alcançar uma educação antirracista e igualitária. Destaca-se que é função primordial da escola a conscientização dos seus estudantes no que tange a diversidade que estão inseridos, possibilitando-os a desenvolver o pensamento crítico. A literatura afro-brasileira, por meio de suas narrativas e expressões literárias, assume um papel fundamental no letramento racial, ampliando o conhecimento das questões étnico-raciais e quebrando paradigmas enraizados na sociedade.

Palavras-chave: ações afirmativas; cotas raciais; letramento racial; literatura afro-brasileira.

1 INTRODUÇÃO

A implementação de políticas cotas tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades (econômicas, sociais e educacionais) entre pessoas de diferentes etnias raciais, bem como democratizar o acesso da população negra ao sistema educativo. Conforme delineado por Pinheiro e Soares (2020, p. 197), a “política de cotas faz parte das chamadas ações afirmativas, criadas com o intuito de reparar/compensar desigualdades sociais históricas e discriminações sofridas por uma parcela da população, sejam relativas à etnia, gênero ou classe social, entre outras questões.”

As políticas de cotas destinadas a promover a inclusão da população negra tanto nas universidades federais como nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, têm funcionado como um meio de questionar a própria compreensão das relações raciais no Brasil, desfazendo a antiga noção de democracia racial que costumava ser enfatizada. Citamos Gilberto Freyre, um dos autores brasileiros que construiu um modelo interpretativo da questão racial, baseado na concepção de que “nas terras brasileiras havia uma convivência harmoniosa entre os diversos grupos que aqui habitavam o que caracterizava a ‘democracia racial’.” (SILVA, 2022, p. 4).

Além do mais, conforme mencionado por Domingues (2007), faz-se necessário um sistema educacional que aborde a trajetória do povo negro no contexto brasileiro, bem como sua herança ancestral africana. Conhecida como Lei de Cotas, a Lei nº 12.711/2012, foi promulgada em 29 de agosto de 2012 para promover mais equidade no ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, sendo um grande avanço para a população

¹.Bibliotecária-Documentalista do IFSULDEMINAS - Reitoria. Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. E-mail: rosimeire.ribeiro@ifsuldeminas.edu.br.

². Coordenador de Dados e Informações Educacionais do IFSULDEMINAS - Reitoria. Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. E-mail: marcio.previtalli@ifsuldeminas.edu.br.

negra, por direito de ocupar espaços que antes lhes foram negados. A referida lei estabelece que universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia reservem 50% das vagas ofertadas em seus processos seletivos a egressos de escolas públicas. As vagas reservadas são ainda subdivididas entre candidatos que possuem renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, autodeclarados pretos, pardos, indígenas e para pessoas com deficiência, de acordo com a projeção populacional desses grupos apurada pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2012).

Na visão de Prado e Silva (2022, p. 2), “o acesso ao ensino por si só é o primeiro passo para a reversão do cenário de desigualdades. Isto é, garantir a inclusão de negros ao sistema educacional não elimina as práticas discriminatórias e racistas que são produzidas e reproduzidas nas instituições educacionais.” Nesse sentido, inclui-se a importância do desenvolvimento do letramento racial que pode vir a possibilitar a construção de uma educação antirracista. O letramento racial é um conceito que se refere à capacidade de compreender, analisar e debater questões relacionadas à raça, racismo e discriminação, envolvendo não apenas a alfabetização, mas também a compreensão das estruturas sociais que perpetuam desigualdades raciais.

Assim, as políticas de cotas podem desempenhar um papel importante ao contribuir para aumento da diversidade nas salas de aula, proporcionando um ambiente no qual o diálogo intercultural e questões raciais sejam discutidos. Nesse sentido, a Lei de Cotas se expressa em uma política pública capaz de promover “as condições de igualdade de oportunidades para os estudantes de diferentes origens sociais e características socioeconômicas na sua vivência, integração, percepção, apropriação e afiliação ao ambiente universitário”, conforme afirma Heringer (2018, p. 12).

Segundo mencionado por Felipe e Carvalho (2021), observam-se alguns avanços na luta por direito da população negra no ordenamento jurídico nacional, seja com a criminalização do racismo pela Constituição Brasileira de 1988 e pela Lei nº 7.716/89 (Lei a Caó), ou a aprovação da Lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica nas escolas de ensino público ou privado. Essa legislação busca reconhecer a importância das contribuições culturais, históricas e sociais dos povos africanos e afrodescendentes para a formação do Brasil, além de combater o racismo e promover a valorização da diversidade étnico-racial.

Ao incluir tais conteúdos nos currículos escolares, a Lei nº 10.639/2003 tem como intuito estimular a reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e fomentar a construção de uma sociedade mais inclusiva. Ao trazer à tona as contribuições culturais, históricas e sociais dos africanos e seus descendentes no Brasil, essa legislação abriu espaço para que obras literárias afro-brasileiras fossem reconhecidas, estudadas e valorizadas dentro e fora das salas de aula. A literatura afro-brasileira

abrange temas que vão desde as experiências da diáspora africana, a luta contra a escravidão, a resistência cultural, até as questões contemporâneas de identidade e pertencimento, o que contribui para o desenvolvimento do letramento racial.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é uma revisão de literatura, tendo como método a pesquisa bibliográfica sistematizada sobre a temática de políticas públicas que tratam da luta contra o racismo. Esse levantamento bibliográfico foi feito em bibliotecas eletrônicas científicas (Google Acadêmico e o Scielo) e portais oficiais de órgãos de governo (portal do planalto.gov.br). Dessa forma, essa revisão permitirá embasar teoricamente a pesquisa a partir dos múltiplos olhares acerca da temática em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A afirmação pelas cotas raciais, conforme Domingues (2007), corresponde à necessidade de eliminação dos fragmentos e vestígios deixados pelo sistema escravocrata. Ao longo de séculos, a escravidão deixou profundas marcas nas estruturas sociais, econômicas e culturais, perpetuando desigualdades e obstáculos que ainda impactam as oportunidades e as perspectivas da população negra brasileira, mesmo após a abolição da escravidão em 1888. As legislações aprovadas são consequência dos esforços dos movimentos antirracistas e objetivam contribuir para a efetivação da democracia, como foi o exemplo da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, idealizada pelo Movimento Negro Unificado³. A Lei nº 10.639/2003 representa um marco significativo na luta pela igualdade racial e na valorização da cultura afro-brasileira. Tal legislação visa corrigir uma lacuna histórica nos currículos educacionais brasileiros, que frequentemente negligenciam o importante papel desempenhado pelos afrodescendentes na formação e desenvolvimento da nação.

Ela desempenha um papel importante na ampliação do reconhecimento e da valorização da literatura afro-brasileira, contribuindo para enriquecer o panorama literário nacional, incentivando a reflexão sobre a identidade cultural e promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa. Nomes como Machado de Assis, Lima Barreto, Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, Geni Guimarães e Cuti (Luiz Silva), entre muitos outros, têm contribuído para construir uma rica tradição literária afro-brasileira. Suas obras abordam tanto a história quanto a atualidade, apresentando questões muitas vezes negligenciadas ou distorcidas pela narrativa dominante, que contribui para o letramento racial.

4 CONCLUSÃO

Explorar como as políticas de cotas catalisam o letramento racial favorece a construção de

³ O Movimento Negro Unificado tem suas raízes no período da escravidão, surgindo como uma maneira dos negros se defenderem da violência e injustiça praticadas pelos seus senhores. A partir da década de 70, grupos de jovens negros se unem para lutar contra o preconceito, originando-se a partir daí uma série de reivindicações por justiça e inclusão social em todos os segmentos sociais: mercado de trabalho, espaços educacionais, saúde, cultura, entre outros. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-negro/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

uma consciência mais ampla das questões étnico-raciais. Um ambiente escolar que valoriza a diversidade e promove a conscientização sobre a questão racial propicia a criação de um senso de pertencimento e engajamento dos estudantes negros, impactando positivamente na permanência escolar e nos níveis de desempenho acadêmico. O letramento racial é essencial para contextualizar e sustentar a necessidade de políticas de cotas, possibilitando um diálogo sobre as complexas questões que envolvem raça, racismo e acesso igualitário à educação e às oportunidades. A literatura afro-brasileira emerge como uma expressão artística e literária que busca dar voz, visibilidade e representação às experiências, histórias e identidades da população negra do país. Ao explorar temáticas como ancestralidade, resistência, racismo e empoderamento, a literatura afro-brasileira não apenas enriquece a diversidade literária, mas também desempenha função importante na educação e conscientização sobre a complexidade das relações raciais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**, Brasília, 2012a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 09 ago. 2023.
- FELIPE, Delton Aparecido; CARVALHO, Lilian Amorim. Cotas para a população negra na Universidade Estadual de Maringá: mobilizações, implementação e desafios. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. Ed. Especi, p. 11–37, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1234>. Acesso em: 11 ago. 2023.
- HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, vol. 19, núm. 1, 2018, p. 7-17. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/2030/203058814003/203058814003.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- PRADO, Edna Cristina do; SILVA, Fabson Calixto da. Política de ação afirmativa e as relações raciais na educação: o caso das cotas raciais da Universidade Federal de Alagoas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e78267, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Qyd9Pxt4wxSpt9NYxgdh6Rt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- PINHEIRO, Carina Lilian Fernandes; SOARES, Maria de Lourdes. A lei de cotas por um fio: o retrocesso social atual. **Em Pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v.18, n. 45, p. 196-210. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47228/31988>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- SILVA, Bárbara Rocha. Políticas afirmativas nos Institutos Federais: um estudo sobre Teses/Dissertações. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, p. e 11720, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/issue/view/215>. Acesso em: 09 ago. 2023.